

ENTREVISTA: ALEXANDRE DI MICELI, VIRTUOUS COMPANY

RI

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

www.revistaRI.com.br

RELATÓRIOS DE
SUSTENTABILIDADE
TRANSPARÊNCIA, SIM.
OBRIGAÇÃO, NÃO.

por ARON ZYLBERMAN e EDUARDA LA ROCQUE

O JOIO, O TRIGO E A RÉGUA

IMPACTO E RESPONSABILIDADE DOS **FINFLUENCERS**

O QUE MUDOU ENTRE 2024 E 2026?

Em dois anos, o ecossistema de **influência financeira** triplicou, a ciência quantificou o dano ao investidor e a fiscalização reativa disparou. A norma preventiva ainda está sendo escrita. Um paralelo entre 2024 e 2026, e o que o tempo revelou sobre a responsabilidade dos **finfluencers** no mercado.

por **MARCELO MURILO**



nº 304
SET 2026

ISSN 1982-1824
0771982482008
R\$ 20,00

O ANEL DE GIGES

E AS ELEIÇÕES

Na *República*, Platão narra a história de Giges, um pastor que encontra um anel capaz de tornar seu portador invisível. Antes de possuí-lo, Giges era, segundo o mito, um homem honrado. Mas, assim que descobre o poder do anel, protegido da possibilidade de ser descoberto, passa a agir sem se preocupar com as consequências. Um homem antes honesto e respeitador da ética transforma-se em um escroque completo.

por **JURANDIR SELL MACEDO**

Mas há uma pergunta que Platão não faz e que me parece especialmente atual: e se, de repente, o anel perdesse o poder? Giges voltaria a ser o homem honrado de antes ou continuaria sendo o sujeito desonesto em que se transformou?

A experiência original procura responder a uma questão desconfortável: o que você faria se tivesse certeza absoluta de que ninguém jamais descobriria? Você mentiria? Roubaria? Trairia? Ou, em algo bastante próximo da nossa área de RI, usaria uma informação privilegiada?

A pergunta coloca à prova a diferença entre parecer honesto e ser honesto. A política pode parecer distante das finanças, mas poucas coisas afetam tanto a economia e os mercados quanto ela.

Durante muito tempo, políticos desonestos procuraram esconder seus malfeitos. Mentiam, desviavam, manipulavam, mas tentavam preservar publicamente a aparência de honestidade. Isso não tornava seus atos menos graves, mas revelava algo importante: ainda existia um padrão moral pe-

“

Não é mais preciso ficar invisível. Pode-se mentir diante das câmeras, distorcer fatos conhecidos, espalhar desinformação e justificar comportamentos antes considerados indefensáveis. O problema já não é apenas a transgressão da norma. É a tentativa de transformar a própria transgressão em normalidade.”

rante o qual era necessário prestar contas. O corrupto não queria ser chamado de corrupto. O mentiroso não queria ser desmascarado como mentiroso.

Agir dessa forma é hipocrisia: fingir seguir princípios, valores ou regras que, na prática, a própria pessoa não respeita. A hipocrisia, por mais detestável que seja, ainda reconhece a existência de uma norma. Esconde-se justamente porque sabe que está errada.

É aqui que a reflexão da antropóloga Paula Sibília, em *Eu mereço! Da velha hipocrisia aos novos cinismos*, se torna particularmente interessante. Ela analisa a passagem de uma sociedade marcada pela velha hipocrisia para outra em que formas cada vez mais explícitas de cinismo ganham espaço. Antes, violava-se a regra, mas ainda era necessário fingir que ela estava sendo respeitada. No cinismo, já não é preciso sequer fingir. A vergonha de ser descoberto começa a ser substituída pelo descaramento de não se importar. O hipócrita finge respeitar a regra; o cínico já nem considera necessário fingir.

Estamos assistindo, na vida pública, ao momento em que o Anel de Gíges deixa de ser necessário.

Não é mais preciso ficar invisível. Pode-se mentir diante das câmeras, distorcer fatos conhecidos, espalhar desinformação e justificar comportamentos antes considerados indefensáveis. O problema já não é apenas a transgressão da norma. É a tentativa de transformar a própria transgressão em normalidade.

O perigo é aceitar isso como uma característica inevitável da política.

A política nasceu nas pólis gregas como forma de organizar a vida em comum, governar conflitos, estabelecer regras, distribuir poder e definir prioridades. Aristóteles dizia que o ser humano é um animal político justamente porque nossa existência acontece em comunidade. Renegar a política porque existem políticos ruins seria como renegar a medicina porque existem maus médicos.

Quando concluímos que “político é tudo igual” e que a desonestidade faz parte inevitavelmente do jogo, a corrupção obtém uma segunda vitória. A primeira acontece quando alguém se apropria do que é público. A segunda acontece quando a sociedade deixa de acreditar que seja possível exigir algo diferente.

Mas as sociedades mudam. Se podem piorar, também podem melhorar. Eu tendo a ser mais otimista do que pessimista. Sei que avançamos e recuamos, às vezes de maneira brutal, mas continuo acreditando que, no longo prazo, a evolução vence.

Quando eu era jovem, comportamentos hoje claramente condenados eram tratados com naturalidade. Assediar mulheres no ambiente de trabalho podia ser encarado como galanteio. Uma mulher podia ser responsabilizada pelo assédio que sofria. Fumar em ambientes fechados era normal. O cinto de segurança parecia dispensável. Preconceitos contra minorias eram expressos sem constrangimento. Trabalhadores domésticos podiam viver em cubículos minúsculos e permanecer praticamente à disposição das famílias que os empregavam, sem direitos sociais.

Nada disso desapareceu completamente. Mas muita coisa mudou. Comportamentos antes tolerados passaram a produzir constrangimento e rejeição, especialmente entre as novas gerações.

E talvez esteja aí uma das forças da mudança social. Leis importam, punições importam, instituições importam. Mas uma sociedade também muda quando aquilo que antes pro-

vocava indiferença passa a provocar reprovação.

Foi isso que uma pequena cena ocorrida durante o ano em que morei na Bélgica me fez perceber.

Tenho um amigo doce e educado, alguém que parecia incapaz de tratar mal outra pessoa. Um dia, um homem se aproximou dele sorrindo, demonstrando intimidade e chamando-o pelo nome. Meu amigo permaneceu impassível. Não estendeu a mão, não retribuiu o cumprimento e manteve o semblante fechado. O outro percebeu a rejeição, baixou a cabeça e foi embora.

Fiquei surpreso e perguntei por que havia agido daquela forma. Ele respondeu com naturalidade: “Ele é corrupto.”

Aquela cena nunca me saiu da cabeça. Meu amigo não tinha o poder de prender aquele homem, julgá-lo ou puni-lo. Mas tinha o poder de negar-lhe algo que também tem valor em uma sociedade: respeito.

É uma dimensão que esquecemos quando falamos de ética pública. O combate à corrupção não acontece apenas por meio de leis, investigações, tribunais e prisões. Existe também uma sanção social. Existem comportamentos que precisam trazer consigo a perda de prestígio, de admiração e de respeitabilidade.

Meu amigo não gritou nem ofendeu. Apenas deixou claro que aquele homem havia perdido o seu respeito.

Talvez seja exatamente disso que a política brasileira também precise.

As normas sociais mudam quando determinados comportamentos deixam de ser tolerados, quando deixam de produzir admiração ou indiferença e passam a gerar reprovação. Não precisamos aceitar como natural a ideia de que mentira, manipulação e desonestidade sejam ingredientes inevitáveis da atividade política.

Nas eleições majoritárias deste ano, muitos brasileiros provavelmente votarão mais pela rejeição a um candidato do que pela admiração ao outro. Em vez de escolher aquele que consideram melhor, procurarão impedir a vitória daquele que consideram pior. É uma situação pouco alentadora. Certamente, este desalento tem se refletido no pessimismo que reina no mercado financeiro.

Mas a eleição não termina aí.

“

Não basta reclamar dos políticos que temos se continuarmos premiando, com voto, aplauso ou prestígio, comportamentos que condenamos.

”

Também escolheremos deputados e senadores, e é no Legislativo que existe um enorme espaço para iniciar a mudança política que tantos anseiam. Se, na Constituição, o Brasil é presidencialista, na prática vivemos aquilo que Sérgio Abranches definiu como presidencialismo de coalizão.

O Congresso, por meio do controle do orçamento e das emendas, exerce enorme poder de barganha sobre o Executivo. E entre os candidatos ao Legislativo certamente existem pessoas cujas histórias, trajetórias e valores merecem ser examinados com atenção antes da decisão do voto.

Conhecê-los melhor, investigar suas histórias e exigir padrões mais elevados é uma maneira de começar a reconstruir aquilo que esperamos da política. Não basta reclamar dos políticos que temos se continuarmos premiando, com voto, aplauso ou prestígio, comportamentos que condenamos.

Porque talvez a pergunta mais importante já não seja apenas o que Giges faria se pudesse ficar invisível.

A pergunta agora é outra: **O que nós faremos agora que Giges descobriu que já não precisa mais do anel?** **RI**



JURANDIR SELL MACEDO, CFP
é doutor em Finanças Comportamentais,
com pós-doutorado em Psicologia Cognitiva
pela Université Libre de Bruxelles (ULB)
e diretor da Alento Educação Financeira.
jurasell@gmail.com